

DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: A PROTEÇÃO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MEIO AMBIENTE INTERNET

Luciana Pimentel dos Santos

BANCA EXAMINADORA

- . Prof. Dr. Mário Furlaneto Neto (Orientador)
- . Prof. Dr. Teófilo Marcelo de Area Leão Junior (UNIVEM)
- . Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker (UNESP)

RESUMO

Dada a necessidade do indivíduo em relacionar-se de modo compatível à vida moderna e assim desfrutar dos novos modelos de relacionamentos online, tem-se notado a tendência crescente da criança e do adolescente em furtar-se ao direito à privacidade e intimidade. Diante deste cenário que vem se delineando, imprescindível a análise do direito ao esquecimento como meio efetivo a garantir a privacidade e intimidade do público infanto-juvenil no meio ambiente internet. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, estudo de casos, inclusive com a aplicabilidade do direito ao esquecimento em países europeus. A pesquisa foi dividida em três partes. No primeiro capítulo, foi observado como os relacionamentos sociais no meio ambiente internet se desenvolvem, mediante a arquitetura da rede. No segundo capítulo, observou-se o direito à privacidade e intimidade da criança e do adolescente, segundo a doutrina da proteção integral, enquanto no terceiro capítulo analisou-se a aplicabilidade do direito ao esquecimento como meio eficaz a garantir a preservação da vida privada do público jovem brasileiro. Concluiu-se pela possível aplicabilidade do direito ao esquecimento como

meio de proteção à privacidade e intimidade, desde a infância até a adolescência. Contudo, dada a arquitetura do meio ambiente internet, apesar do direito ao esquecimento garantir a proteção à privacidade e intimidade da criança e do adolescente, o faz de forma ineficiente.

PALAVRA-CHAVE

Direito ao esquecimento. Privacidade e intimidade. Criança e adolescente.

ABSTRACT

Given the need for the individual to relate in a compatible way to modern life, and thus enjoy the new models of online relationships, there has been a growing tendency for children and adolescents to evade the right to privacy and intimacy. Given this scenario that has been delineating, the analysis of the right to forgetfulness is essential as an effective way to guarantee the privacy and intimacy of the public in the Internet environment. To this end, the methodology used was bibliographic research, case studies, including the applicability of the right to forgetting in European countries. The research was divided into three parts. In the first chapter, we observed how social relationships in the internet environment develop through the architecture of the network. In the second chapter, the right to privacy and intimacy of children and adolescents was observed, according to the doctrine of integral protection, while in the third chapter, the applicability of the right to forgetfulness as an effective way to guarantee the preservation of the public's private life was analyzed. Young Brazilian. It was concluded by the possible applicability of the right to forgetfulness as a means of protecting privacy and intimacy, from childhood to adolescence. However, given the architecture of the internet environment, although the right to forgetting ensures the protection of the privacy and intimacy of children and adolescents, it does so inefficiently.

KEYWORDS

Right to forget. Privacy and intimacy. Child and teenager.

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA NAS AÇÕES DE MEDICAMENTOS NÃO INCORPORADOS EM ATOS NORMATIVOS DO SUS

Gislaene Martins de Menezes

BANCA EXAMINADORA

- . Prof.^a Dr.^a Viviane Rigoldi (Orientadora)
- . Prof. Dr. Roberto da Freiria Estevão (UNIVEM)
- . Prof. Dr. Tiago Cappi Janini (UNISAL)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o item II, da decisão do recurso representativo de controvérsia, REsp nº 1.657.156 RJ, que exige comprovação de incapacidade financeira para o recebimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS frente aos princípios constitucionais da dignidade humana, da universalidade e integralidade do direito à saúde, da equidade, da igualdade e do mínimo existencial, bem como tratados internacionais que versam sobre o direito à saúde. O estudo se justifica diante da relevância social que o assunto representa no cenário atual, na medida em que os indivíduos possuem uma maior expectativa de vida, há constantemente o surgimento de novas doenças e a tecnologia possibilita novas substâncias para tratamentos que pela morosidade do processo de incorporação em atos normativos do SUS dificultam o acesso para as pessoas que necessitam, sendo que em relação aos medicamentos que não são utilizados por um grande número de pessoas, a possibilidade de incorporação em atos

normativos do SUS é remota. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, a partir da análise do caso concreto (a exigência de comprovação de incapacidade financeira para o recebimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS), para além das premissas gerais do direito à saúde, como a importância da efetividade do direito à saúde, a fonte de custeio, a escassez de recursos, a falta de critérios para que se considere uma pessoa incapaz financeiramente para receber medicamentos do Estado e as implicações das decisões de recursos representativos de controvérsia na prática, uma vez que a decisão vincula as instâncias inferiores, podendo afirmar inclusive que violam os princípios do contraditório e do devido processo legal. Outro ponto abordado é em relação aos medicamentos incorporados em atos normativos do SUS que ainda que de alto custo como por exemplo os medicamentos para a AIDS e diabetes, são fornecidos indistintamente para todo cidadão que necessita. Ao final, conclui-se que a exigência de incapacidade financeira para o recebimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, viola princípios constitucionais, especialmente da universalidade e integralidade do direito à saúde, bem como tratados internacionais que garantem a todo ser humano indistintamente o acesso à saúde, restando ao cidadão que se sentir atingido pelas consequências da exigência de comprovação de incapacidade financeira para o recebimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, exarada no item II da decisão do Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.657.156 RJ buscar seus direitos por meio de recurso ou mandado de segurança.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos Fundamentais; Medicamentos; Universalidade; Incapacidade Financeira.

ABSTRACT

This research aims to analyze item II of the decision of the representative appeal of controversy, REsp No. 1,657,156 RJ, which requires proof of financial inability to receive medicines not incorporated in SUS normative acts against the constitutional principles of dignity, universality and completeness

of the right to health, equity, equality and the minimum existential, as well as international treaties on the right to health. The study is justified in view of the social relevance that the subject represents in the current scenario, as individuals have a longer life expectancy, there is constantly the emergence of new diseases and technology enables new substances for treatments that due to the slowness of the process. incorporation into SUS normative acts make it difficult for people in need to access it, and for medicines that are not used by a large number of people, the possibility of incorporation into SUS normative acts is remote. For the development of the research, the inductive method was used, from the analysis of the concrete case (the requirement of proof of financial incapacity for the receipt of medicines not incorporated in SUS normative acts), in addition to the general premises of the right to health, such as the importance of the effectiveness of the right to health, the source of funding, the scarcity of resources, the lack of criteria for considering a person financially unable to receive state medicines, and the implications of controversial appeal decisions in the practice, since the decision binds lower courts and may even state that they violate the principles of the adversarial and due process of law. Another point addressed is in relation to medicines incorporated in SUS normative acts that, although expensive, such as AIDS and diabetes medicines, are indistinctly provided to every citizen in need. In the end, it is concluded that the requirement of financial inability to receive medicines not incorporated in SUS normative acts violates constitutional principles, especially the universality and completeness of the right to health, as well as international treaties that guarantee to all human being without distinction. access to health, leaving citizens who feel affected by the consequences of the requirement of proof of financial incapacity to receive medicines not incorporated in SUS normative acts, set out in item II of the decision of the Representative Dispute REsp No. 1,657,156 RJ seek his rights by means of appeal or writ of mandamus.

KEYWORDS

Fundamental rights; Medicines; Universality; Financial Incapacity.

INSTRUMENTOS EXTRAFISCAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO DIREITO BRASILEIRO

Nirlene Aparecida de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

- . Prof. Dr. Cesar Augusto Luiz Leonardo (Orientador)
- . Prof. Dr. Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho (UERN)
- . Prof. Dr. Tiago Cappi Janini (UNISAL)

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, que visa analisar o desenvolvimento de mecanismos extras fiscais voltados para a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente no Brasil. Parte-se de um preliminar lineamento do sistema tributário nacional e a sua relação com as políticas públicas, visando compreender a relação entre tais elementos. Prossegue-se o estudo examinando o desenvolvimento da função extrafiscal do tributo no ciclo de políticas públicas, partindo-se do pressuposto da integridade do ordenamento jurídico e da interpretação integrativa da ação pública diante do bloco de legalidade. Tais elementos conduzem para a verificação de como as espécies tributárias, orientadas pela dimensão extrafiscal, possibilitam a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Recorre-se a fontes bibliográficas e documentais, procedendo ao levantamento dos estudos desenvolvidos sobre a extrafiscalidade e a organização tributária para o exame da seara ambiental. Os resultados apontam para a incorporação de elementos normativos no Direito Tributário, que estabelecem condiciona-

mentos da ação governamental no poder-dever arrecadatório, orientado pela necessidade de concretização legal da proteção ambiental. Contudo, no plano da efetividade, verificam-se lacunas entre as normas tributárias e as condições de implementação do direito fundamental ao meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Extrafiscalidade. Políticas públicas. Direitos fundamentais. Meio ambiente.

ABSTRACT

This paper is a qualitative and descriptive study, which aims to analyze the development of extrafiscal mechanisms used for the realization of essential right to Brazil's environment. It was used a lineament of the Brazilian tax system and its relation to public policy, aiming to understand the relation between these elements. Then we examined the development of the tax-extrafiscal function in the cycle of public policy, starting from the idea of integrity of judicial order and of integrative interpretation of public action facing the legality. Those elements guide to a certification of how the tax species, oriented by the extrafiscal dimension, make possible the realization of essential right to the environment ecologically balanced. Also, we used bibliographic and documental sources, gathering studies about the extrafiscality and the tax organization for the examination of environmental cornfield. The results indicate for the inclusion of normative elements in Tax Law, which stablish conditions of the governmental action in the power duty collection, oriented by the need of legal concretization of the environmental protection. However, in effectiveness field, there are gaps between the normative taxes and the conditions of implementation of the essential right of the environment in Brazilian judicial order.

KEYWORDS

Extrafiscality Public policy Essential rights. Environment.

CONFLITO ENTRE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA JURÍDICA E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS ADQUIRIDOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO NÚCLEO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Fábio Luis Binati

BANCA EXAMINADORA

- . Prof. Dr. Lafayette Pozzoli (Orientador)
- . Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa (UENP)
- . Prof. Dr. Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho (UERN)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado, consubstanciada na crítica aos fundamentos da dogmática jurídica, oferece uma reflexão acerca do aparente conflito notado na jurisprudência brasileira quando os valores constitucionais protegidos pelo instituto da segurança jurídica e os direitos adquiridos se chocam, evidenciando a falta de critérios jurídicos que ofereçam ao intérprete do direito mecanismos suficientes e seguros de solução deste importante conflito. O estudo pretende promover a discussão acerca do tema, ainda não desenvolvida suficientemente pela doutrina e pela jurisprudência nacional, a investigar se na hipótese de choque entre os dois mecanismos de estabilização das relações, qual seria a melhor solução jurídica a ser aplicada, sem se olvidar da importância e fundamentalidade de ambos os institutos discutidos. A análise que

utiliza o método analítico dedutivo, com apoio na doutrina nacional e estrangeira, busca demonstrar que os direitos adquiridos não podem ceder para uma busca cega pela segurança jurídica, devendo haver limites à sua aplicação, uma vez que a proteção dos direitos adquiridos são, em outras palavras, a própria efetivação da segurança jurídica, de modo que, violados os direitos adquiridos, é negada a própria segurança jurídica, e mais que isso, qualquer tentativa de limitação ao exercício dos direitos adquiridos, viola o princípio da proteção do núcleo essencial desse direito fundamental. Contudo, o objetivo não é esgotar o tema, mas pretende-se contribuir com a ampliação e o engrandecimento do debate jurídico.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos fundamentais; Absolutidade; Segurança jurídica; Direito adquirido; Núcleo essencial; Violação.

ABSTRACT

This dissertation, based on the criticism of the fundamentals of legal dogmatics, offers a reflection on the apparent conflict observed in Brazilian jurisprudence when the constitutional values protected by the institute of legal security and acquired rights collide, evidencing the lack of legal criteria that provide the right interpreter with sufficient and secure mechanisms to resolve this important conflict. The study intends to promote the discussion about the subject, still not sufficiently developed by the doctrine and the national jurisprudence, to investigate if in the hypothesis of shock between the two mechanisms of stabilization of the relations, what would be the Best legal solution to be applied, without forgetting of the importance and fundamentality of both institutes discussed. The analysis using the deductive analytical method, with support in national and foreign doctrine, aims to demonstrate that acquired rights can not yield to a blind search for legal certainty, and there should be limits to its application, since the protection of acquired rights are, in other words, the very effectiveness of legal security, so that, in violation of acquired rights, legal certainty is denied, and more than that, any attempt to limit the exercise of acquired rights violates the principle of protection of the essential

nucleus fundamental right.

However, the aim is not to exhaust the theme, but it is only intended to contribute to the enlargement and enhancement of the legal debate.

KEYWORDS

Fundamental rights; Absolute; Legal security; Vested right; Core core; Violation.